TC 1538

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Comissão constituída para apoiar as posições de **Fretilin** na Sessão sobre **Timor Leste** do Tribunal Permanente dos Povos

Commission constituted to support the positions of **Fretilin** in the Session on **East Timor** of the Permanent Peoples Tribunal

DOC.Nº2

A POLÍTICA DO GENOCÍDIO PELA FOME

(A.Kohen e Roberta Quance)

Rua Pinheiro Chagas 77, 2.º esq.º
1000 Lisboa Portugal
☎ **57 47 18**

A Fome,devastadora e mortal como a que destruiu o Cambodja, ataca, pelo menos 400.000 pessoas que ainda vivem a devassadora guerra em Timor-Leste. Esta fome não é acidental; pelo contrário, tal como recentemente concluiu o "Guardian" britânico, 'a evidência' mostra que a fome é fruto de uma política deliberada adoptada pelo Governo Indonésio para esmagar a oposição à anexação a Jakarta - apoiada por armamento americano - desta minúscula colónia portuguesa nas Índias Ocidentais. Mesmo perante as carências actuais, fontes ligadas à igreja confirmaram, em Timor Leste, a morte de mais de duzentos mil indivíduos numa população que anteriormente se estimaria em 690.000, como resultado da invasão indonésia, em Dezembro de 1975, e das posteriores operações militares.

Tendo em conta todas as informações, as actuais carências alimentares assumem proporções catastróficas. O "Washington Post" citou um relatório do único especialista do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), autorizado a entrar em Timor-Leste, que apresenta a situação como sendo pior que a do Biafra durante a guerra civil nigeriana, e potencialmente mais perigosa que a do actual Cambodja. Considerando que as tropas indonésias apenas permitiram a entrada de dois especialistas de assistência e de mais dois membros da equipa médica do CICV para orientar os esforços de auxílio - e o exército indonésio tem uma longa história na obstrução do trabalho de assistência local - o sofrimento de Timor-Leste talvez esteja ainda no princípio.

Parece evidente o resultado dos 4 anos da campanha de Jakarta apoiada pelos E.U.. Mas agora, depois de um fornecimento de 90% das armas utilizadas pelo exército indonésio para lançar a sua ofensiva, e de um novo fornecimento, desta vez,de sofisticados aviões anti-guerrilha (juntamente com o apoio diplomático prestado), os Estados Unidos encontram-se numa outra fase de esforços para encobrir o problema de Timor. O Departamento de Estado está decidido a mascarar a natureza e extensão da crise actual, sem dúvida esperando monopolizar o debate ácerca da política dos E.U.. Os funcionários estão de tal forma empenhados em proteger Jakarta (e a sua própria posição) que, implícitamente, desencorajam ainda mais as equipas internacionais interessadas em intervir em Timor-Leste: para além disso a sua tímida e oportunista descrição da situação ajuda a dar ao regime de Suharto, a razão da rejeição das agências internacionais

eventualmente interessadas. A necessidade de um número significativo de observadores independentes, no local, torna-se indispensavel.

Sem esta vigilância, as tropas indonésias continuarão com amplas liberdades para atribuir ou negar realce aos seus pontos de vista, de acordo com os seus objectivos políticos. E quando os funcionários do Departamento de Estado deram, a 4 de Dezembro, a sua versão dos acontecimentos perante a 'House Subcommittee on Asia and Pacific Affairs' não fizeram mais do que louvar a preocupação humanitária do governo indonésio; forneçeram argumentos e terminologia que teriam forçado George Orwell a alargar consideravelmente o seu ensaio sobre política e língua inglesa.

Semanas depois de ter tido lugar a audiência, funcionários indonésios - em bizarra contradição com os primeiros depoiementos feitos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e apesar das evidentes provas fotográficas incriminatórias - preocuparam-se em negar a existência real, em Timor-Leste, de uma situação em que se morre de fome. Nisto foram gentilmente apoiados por Washington. Por deferência para com os generais indonésios, as testemunhas apresentadas pelo Departamento de Estado enquanto evitavam a utilização da palavra fome; substituíam o morrer de fome por um estado, menos ofensivo, de subalimentação, em fase já muito adiantada. Como diria, particularmente, um funcionário americano "Toda esta conversa sobre o genocídio pela fome põe o governo indonésio entre a espada e a parede."

Desde a invasão de Dezembro de 1975 que as tropas indonésias mantêm Timor-Leste vedado a jornalistas estrangeiros independentes. A Administração Carter reivindicou, por esse motivo, o seu desconhecimento relativamente às consequências da invasão de Timor-Leste. Mas uma ampla base de forças fidedignas - incluíndo muitos refugiados em Portugal e na Austrália, que a Administração Carter deixou, de certo modo, passar - revelou que a invasão indonésia deslocou a maior parte da população, impedindo o cultivo de cereais e perturbou, seriamente, a economia tradicional.

A título particular, fontes próximas do governo indonésio compararam a utilização do potencial aéreo de Jakarta ao 'carpet bombing' utilizado pelos americanos na Indochina; de acordo com estas fontes, os 'aldeamentos estratégicos' estabelecidos pelos Estados Unidos no Viet

nam têm agora a sua contrapartida nas áreas de Timor-Leste controladas pelos indonésios (algumas partes do território mantêm-se fora do controlo militar indonésio, com cerca de uns poucos milhares de guerilheiros que operam a partir delas).

No entanto, no seu testemunho de Dezembro, Edward E.Masters, Embaixador dos E.U. na Indonésia, quando solicitado a explicar as terríveis condições de dezenas de milhares de pessoas, referiu uma série de factores entre os quais a guerra era, virtualmente, remetida a uma nota de rodapé. Entre as razões por ele apresentadas contavam-se "o extremo atraso"; "a falta de infraestruturas"; "a pobreza dominante"; "a agricultura de subsistência"; "a erosão"; "a seca". O Embaixador não perdeu a oportunidade de inculpar Portugal ainda que não tenha especificado como é que os portugueses, que há quatro anos foram 'empurrados' para fora da sua metade de ilha - e nunca usaram, no local, nem 'carpet bombs', nem desfolhantes - podem ser responsabilizados pelo actual estado de carências alimentares.

O Padre Leoneto Vieira do Rego, um padre católico de 63 anos, que viveu 23 anos em Timor-Leste, até Junho de 1979, é para a época a melhor testemunha disponível da estratégia militar indonésia. (ainda que não tenha sido chamado a testemunhar na audiência de Dezembro, que foi presidida pelo deputado Lester Wolff (D.N.Y.); Wolff tal como o Departamento de Estado estava muito interessado em evitar ofender Jakarta). O Padre Leoneto viveu mais de três anos nas zonas, de Timor-Leste, controladas pela FRETILIN. Explicou ao New York Times que as campanhas, desumanas, de bombardeamento e cerco, levadas a cabo por Jakarta, assim como forçaram muitos a recuar progressivamente para o interior, tornaram eventualmente impossível, para o Povo, o cultivo que lhes permitiria a subsistência.

Como o exército indonésio fez várias incursões às defesas da FRETILIN, parte dos povos da montanha, sitiados e desprotegidos não tiveram outra alternativa senão descerem das montanhas em busca de alimentos, vestuário e cuidados médicos; outros foram forçados, pelo exército indonésio, a abandonar as zonas montanhosas. Foram todos amontoados em "campos controlados" onde, segundo fontes ligadas à igreja, morreram cerca de 1/3, principalmente devido a uma política de deliberada negligência por parte das forças ocupantes.

Admitido já pelo Departamento de Estado existem actualmente 150 desses 'campos controlados'. A maior parte das fontes aponta para uma

população de pelo menos 300.000 indivíduos aí residentes. O Embaixador Masters refere-se a estes campos como 'campos controlados' onde, segundo ele, as pessoas poderão, mais eficientemente, receber 'serviços sociais' e estar mais perto de 'melhores terras' do que as que presentemente possuíam, mas não explicou porque o solicitaram imediatamente. Especialistas da região encararam como obscura a argumentação do Departamente de Estado. Para Elizabeth Traube, uma antropóloga de Harvard que viveu mais de dois anos em Timor-Leste, até 1974, os 'campos controlados' representariam claramente uma ruptura com a longa-duração, os padrões tradicionais de estabelecimento, os quais se adaptavam aos meios de subsistência tradicionais." Traube acentua que as actuais condições "nada têm que ver com o resultado natural do meio ambiente, economia ou demografia do povo de Timor Leste. A guerra é, nitidamente, o cataclismo."

Se a Imprensa Nacional começar a fazer uma abordagem séria da situação (e há já alguns indícios de que isso possa acontecer) a Administração Carter pode muito bem ver-se a braços com um escândalo. Porque apesar dos testemunhos convincentes nas quatro audiências realizadas durante Fevereiro de 1978 perante o subcomité então presidido pelo Deputado Donald M. Fraser (D.Minn.), A Administração Carter confiou-se a uma política de cegueira premeditada, como mostra, entre outros o exemplo do fornecimento , a Jakarta, de aviões Rockwell 10 "Bronco" e outro armamento pesado. O "Bronco", ideal para operações anti-guerrilha, impedia Jakarta de atingir o interior das áreas montanhosas de Timor-Leste para destruir as culturas e obrigar as populações a sair das montanhas, através de bombardeamentos.

Apesar das persistentes narrativas destas acções e de numerosas atrocidades praticadas pelas tropas indonésias venham, desde há muito, a ser publicadas, o Departamento de Estado preferiu ignorá-las. Mas, fontes fidedignas, próximas do governo indonésio, dizem que a Administração Carter tem uma efectiva confirmação destes relatórios. Apontando para os sistemas americanos de instrução e vigilância, sustentam que Washington manteve Timor-Leste sob vigilância constante. Assim, e apenas através destes canais, o Departamento de Estado tem, desde há muito tempo, conhecimento da brutal campanha que Jakarta leva a efeito. Tem tido, em especial, um profundo conhecimento da política militar de execução sistemática da maioria dos soldados da FRETILIN, capturados ou rendidos, por parte da Indonésia. Em alguns casos até as famílias dos líderes da FRETILIN têm vindo a ser mortas, inclusivé crianças.

Ainda que continuando a ignorar a contínua brutalidade indonésia, o Departamento de Estado tem tentado, desde Março de 1977, aliciar Jakarta no sentido desta permitir a entrada da Cruz Vermelha Internacional, em Timor. O CICV foi forçado, em Dezembro de 1975, a suspender as suas operações quando as tropas indonésias começaram, ainda que dissimuladamente, a ameaçar matar todos os estrangeiros que não tivessem abandonado o território depois da invasão. Não foi senão em Abril de 1979 que o CICV foi autorizado a fazer uma inspeção preliminar e, posteriormente em Outubro de 1979, a retomar as suas operações - com um médico, uma enfermeira e um especialista de assistência para ajudar a Cruz Vermelha Indonésia, totalmente controlada pelo Governo. O facto de ter levado 30 meses a permitir a a entrada de 3 pessoas do CICV mostra eloquentemente a 'suave diplomacia' da Administração Carter.

Ainda que a Administração continue a sustentar que está a fazer tudo o que está ao seu alcance para facilitar a entrada, em Timor-Leste, de equipas de auxílio independentes, o facto é que sabe muito bem qual a razão que leva Jakarta a vedar-lhes a entrada: O CICV, acusado de reforçar as Convenções de Genebra, não veria com bons olhos a execução sumária dos prisioneiros de guerra, nem perdoaria ao exército indonésio o desvio, praticamente total e em proveito próprio, dos abastecimentos provenientes da ajuda estrangeira, nem a sua política de destribuição dos mesmos.

Admitido pelo Departamento de Estado, de Março de 1977 a Março de 1979, a Indonésia ocupou sucessivamente áreas fora do seu controle e onde vivia a maior parte da população. A política da terra queimada, feita por Jakarta e minuciosamente descrita pelo P.Leoneto, foi levada a efeito sem o menor sinal de protesto por parte dos EUA. (entretanto, as vendas de material militar americano à Indonésia, subiram de $5.8 milhões de dólares na ano fiscal de 1977 para $112 milhões de dólares no de 1978. Tivesse tido a Cruz Vermelha a oportunidade de agir livremente em Timor-Leste durante este período - pelo menos desde a invasão de Dezembro de 1975 - e ter-se-iam evitado dezenas de milhares de mortes por doença ou fome (assim como, quem sabe, algumas execuções) (Por exemplo, durante a recente e amarga luta na Nicarágua, o CICV pôde pelo menos ser útil providenciando alguns meios de sobrevivência aos não-combatentes).

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamente seleccionados - entre os quais o Embaixador Masters - viu-

-se perante o problema durante uma das raras 'visitas guiadas' por Jakarta através de algumas aldeias de Timor-Leste. O Embaixador canadiano disse aos repórteres que as pessoas que tinha tido oportunidade de ver na aldeia de Remexio "se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos, estão a morrer de fome; desesperadamente doentes; necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar." Também o Embaixador australiano achou a população em "condições deploráveis". Um Embaixador revelou a David Jenkins, da Far Eastern Economic Review de Hong Kong,que as crianças de um dos 'campos controlados' indonésios estavam de tal forma subalimentadas que lhe "lembraram as vítimas de uma fome africana".

Os religiosos locais que participaram nos trabalhos de assistência observaram que num só distrito - e o território tem 14 - cerca de 500 pessoas, por mês, morriam à fome. "A tuberculose" escreve Jenkins, "é um problema capital, e com tanta gente, dormindo de noite, no chão húmido, há o perigo de se espalhar um surto de pneumonia." Um funcionário local informou que, por muito más que fossem estas condições, outras existiam, muito piores em áreas onde o auxílio se tornava desesperadamente necessário. O Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, que acompanhou o grupo, referiu que, com efeito, receberia de bom grado o auxílio humanitário de forças estrangeiras - desde que as nações que as fornecessem, reconhecessem a soberania indonésia em Timor-Leste.

Anteriormente à visita dos embaixadores, o Sunday Times de Londres, referiu que a viagem tinha sido planeada para "promover a aceitação mundial" das pretensões indonésias sobre Timor-Leste. Citando uma fonte indonésia, um jornal australiano afirmava que o objectivo da visita não era outro senão o de tentar reunir maior apoio à posição de Jakarta, nesse ano em que o debate surgia na ONU. E a imprensa australiana alertava para o facto do exército indonésio estar a utilizar o café de Timor-Leste para ajudar nas despesas de manutenção das tropas,enquanto Jakarta apelava para a ajuda estrangeira - em termos próprios, para as vítimas da sua própria agressão.

Só em 1978, o café estava avaliado em 7.5milhões de dólares; quase tanto quanto a ajuda 'oferecida' a Timor-Leste pelos Estados Unidos. A imprensa indonésia revelou que, à população local, era pago menos de metade do valor actual do café; e fontes religiosas informaram

que em certas áreas, os militares apenas distribuíam os abastecimentos provenientes da ajuda estrangeira, em troca de café.

Exigindo o reconhecimento das suas pretensões sobre Timor-Leste como condição prévia para o auxílio humanitário estrangeiro, o governo indonésio viu logradas as tentativas que fizera nesse sentido. As Nações Unidas continuaram a rejeitar as pretensões indonésias sobre Timor-Leste; enquanto Portugal, os Países de Leste e o Canadá continuavam a rejeitar o reconhecimento da auto-determinação de Timor-Leste. Os Estados Unidos tomaram uma posição que tentava contornar a situação: reconheciam as pretensões indonésias mas "não reconheciam como acto válido a auto-determinação de Timor-Leste."

Na ausência de pressões significativas dos aliados indonésios - Estados Unidos e Europa Oriental - as terríveis condições que se tornaram públicas em Setembro de 1978, aparentemente, não seriam suficientemente más para levar Jakarta a admitir o CICV - apesar de um apelo urgente feito por 76 membros do Parlamento Australiano. Posto, a 4 de Dezembro, perante a situação de genocídio pela fome, ocorrida em Setembro de 1978, e interrogado sobre as razões que levaram o governo indonésio a recusar, durante tanto tempo, a autorização de permanência e trabalho de instituições de assistência, em Timor-Leste, Masters, pura e simplesmente negou ter conhecimento da gravidade da situação, lembrando à comissão que apenas tinha participado numa "visita restrita" - o que, ainda que tecnicamente verdade, não o levou na altura a reclamar - e que nela " os embaixadores não se tinham apercebido da gravidade da situação. "Os outros sentiram exactamente o mesmo que eu, i.e., que a situação não era assim tão séria." (pelo menos sete novas organizações encararam a situação de forma diferente).

De acordo com Masters, não tem vindo a ser tomada nenhuma política deliberada de genocídio pela fome, por parte dos indonésios, "Isso é uma falta de confiança na Indonésia." disse. E acrescentou "O tratamento dado aos refugiados vietnamitas (que desembarcaram nas ilhas indonésias) mostra que isso não é verdade." Mas a verdade é que uma coisa não não tem nada a ver com a outra; os refugiados vietnamitas não estão no âmbito dos objectivos militares indonésios.

Aliás, fontes de informação orientais que trabalham directamente com os refugiados vietnamitas na Indonésia, acusaram os homens do exército indonésio de se apoderarem dos pretenses de muitos refugiados e de forçarem, frequentemente, as mulheres vietnamitas à prostituição.

No que respeita à acusação à Indonésia, David Watts, no Time de 14 de Dezembro de 1979 (Londres) descreve a campanha militar como "uma política imoral de genocídio pela fome" utilizada por Jakarta." Concluindo que " O governo indonésio tem de assumir as pesadas responsabilidades resultantes do atraso da solicitação de auxílio externo (...) milhares de vidas têm vindo a ser inutilmente destruídas e muito longe de prestar auxílio, o governo de Jakarta bloqueou o regresso do Comité Internacional da Cruz Vermelha."

Quanto mais se conhecem os detalhes deste atraso,mais sórdidos eles se nos apresentam. Finalmente, em Abril de 1979, foi permitido o acesso de delegados do CICV a Timor-Leste no sentido de uma avaliação preliminar do problema. Verificaram que"dezenas de milhares de pessoas obrigadas, pelas operações militares, a abandonar os locais onde residiam, estavam a enfrentar um situação de fome levada às últimas consequências se não fossem rapidamente ajudadas, agravando-se a situação pela ausência absoluta de serviços médicos." Ainda assim, o governo indonésio, não apressou a entrada do CICV.

Em Julho de 1979, os delegados do CICV voltaram a Timor-Leste para fazerem um novo e mais detalhado exame. O grupo visitou 13 aldeias com uma população total de 75.000 habitantes e declarou que desses, 60.000 se encontravam num estado alarmante de subalimentação, e entre eles, 20.000 morrendo de fome." Estes 20.000 eram referidos como estando em condições'calamitosas' - morreriam independentemente de poderem ou não ser assistidos. E o CICV não foi a nenhum dos locais que os representantes da igreja tinham descrito como os piores do território. No entanto, foram precisos mais de dois meses para que se avançasse comprogramas de auxílio verdadeiramente significativos: Entretanto, muitos milhares de indivíduos devem ter morrido à fome. Quando interrogado sobre as razões destes atrasos, o CICV teve o cuidado de não criticar o governo indonésio; a situação do CICV, em Timor-Leste, é precária. Como explicou, significativamente, um funcionário do CICV: "Não podemos forçar a nossa entrada ali. Desde Dezembro de 1975 que estamos disponíveis, mas precisamos de autorização para entrar.

O Deputado Tom Harkin (d.Iowa) que acutilantemente criticou a posição do Departamento de Estado, apareceu como testemunha principal na audiência de 4 de Dezembro. Harkin perguntou à Administração Carter: "se tinham sido demonstrados os resultados práticos das nossas operações de ajuda em Timor Leste,tal como o foram no caso do Cambodja"; referiu diversos relatórios de auxílio próximos do ponto de vista do exército indonésio e lamentou que a gerência dos programas não estivesse aberta a mais estrangeiros independentes. Relativamenete à proposta de Harkin no sentido de uma maior vigilância estrangeira, o embaixador Masters objectou que "não há qualqer razão para mandar estrangeiros fazer um trabalho que os indonésios podem fazer." Os funcionários da Administração Carter tentaram ainda sugerir que aqueles que apelam para uma maior interferência estrangeira são 'racistas'.

Exceptuando a implicação, que pela mesma lógica, rotula de 'racista' a Administração Carter, no caso do Cambodja, este argumento põe de parte o que é mais que conhecido na própria Indonésia: Está absolutamente estabelecido que são os militares que controlam o teatro das operações, assim como são eles que determinam se a ajuda deverá ser fornecida ou negada. Presentemente - e ninguém parece ter em conta esse problema - nenhum auxílio, seja de que natureza fôr, atinge as áreas fora do controlo indonésio. Se o passado pode servir de exemplo, a vontade da exército serve apenas os que podem ser induzidos ou forçados a aceitar a sua ocupação militar. Ninguém reivindica a maior ou menor capacidade dos funcionários do CICV relativamente aos indonésios que exercem as mesmas funções, só que os funcionários do CICV não são tão susceptíveis às pressões do governo indonésio, e este é o problema fundamental a que o Departamento de Estado gostaria de se furtar. Os militares podem ameaçar ou até mesmo prender os assistentes locais que ameaçem a sua política, mas não podem exercer qualquer tipo de coerção sobre o CICV.

Como alternativa, a Administração Carter aposta nos resultados do New York-based Catholic Relief Services (CRS) que recebe, do governo dos Estados Unidos, cerca de 75% do seu orçamento mundial. O CRS detem actualmente a maior parte das operações em Timor-Leste. O National Catholic Repoter (NCR)descreveu como "apesar da competência e integridade dos seus funcionários que trabalham no estrangeiro (e ao que parece apesar dos protestos de muitos desses mesmos empregados) os programas do CRS estão condicionados pela política externa dos Estados Unidos. Em Timor-Leste ,e segundo o National Catholic

Reporter, os camiões do CRS operam, em "comboios militares bem defendidos", particularmente em "áreas sensíveis". Uma fonte revelou ao jornal que a sua instalação, torna o auxílio do CRS numa parte do aparato que envolve a ocupação militar. O abastecimento em comboios militares, dá uma ideia ambígua da própria posição do CRS, simultaneamente instrumento de ocupação e pacificação." Uma outra fonte referiu que o "Programa do CRS não deveria ser apresentado como sendo um programa ligado à Igreja, visto que, efectivamente, o CRS funciona apenas como elemento de ligação entre a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional e o exército indonésio." Seja qual fôr a veracidade destes depoiementos, as operações do CRS realizam-se em harmonia com os desejos indonésios de ter o mínimo de observadores estrangeiros. O programa do CRS é exclusivamente executado pelos indonésios e pelos seus colaboradores de Timor. A interferência do presidente americano é meramente ocasional. A esta distância é impossível avaliar a eficácia deste esforço mas, e ainda aqui, se o passado pode de algum modo servir de exemplo, o 'staff' local não pode fazer muito face à corrupção militar ou às táticas do poder.

Mas a questão principal mantem-se: Porque é que não tem vindo a ser permitido ao CICV trabalhar livremente em todas as áreas de Timor-Leste? Porque é que as 'áreas mais sensíveis' parecem ser, à primeira vista, do domínio exclusivo das operações do CRS? O auxílio do CICV e das operações médicas deste - e até Masters reconheceu a necessidade premente de cuidados médicos - cobrem, presentemente, apenas 13 aldeias das 150 visadas pela agressão, estando as restantes ao cuidado do CRS. Apesar da situação desconcertante em que um simples especialista do CICV tem a seu cargo, 13 aldeias com um total de 75.000 indivíduos, para orientar e distribuir o auxílio ao seu alcance, nunca ninguém explicou convincentemente o porquê desta disparidade de equilíbrio entre as várias áreas afectadas. E enquanto os programas do CRS podem prosseguir indefinidamente, as operações do CICV terão forçosamenta de terminar a 1 de Aril a menos que Jakarta conceda em prorrogar-lhes os prazos de trabalho.

No entanto, e ainda que o CICV e outros grupos idênticos consigam ter livre acesso ao território; que o esforço do CRS resulte, e que a população de Timor-Leste comece a recuperar a sua sanidade, centenas de milhares de indivíduos permanecerão nos 'aldeamentos controlados'. Bruce Cameron, do Americans for Democratic Action, uma das testemunhas na audiência de 4 de Dezembro, citou um relatório preparado pela

Embaixada dos Estados Unidos em Jakarta em 1979, sobre a situação em Timor-Leste, que apresentava como facto estabelecido que "a população estava agora nessas aldeias e o GOI (governo indonésio) planeava mantê-la lá." Um prestigiado gabinete de Auxílio Australiano sublinhou a necessidade premente de ajuda mas salientou que " ajudar a população, nesses campos, sem reivindicar o direito deste povo a voltar à sua terra, não é senão condenar o povo de Timor-Leste a continuar na dependência da ajuda externa." É essa também a preocupação do Padre Leoneto. Se a população sobrevivente não voltar às suas casas poucas serão as esperanças de restaurar a economia e cultura timor.

Assim emerge a tragédia na sua totalidade. É a destruição de um povo e do seu modo de vida que a Administração Carter tenta esconder. O deputado Harkin falou em nome de muitos observadores quando afirmou, categoricamente, que as questões do auxílio e dos 'aldeamentos controlados' não podem ser resolvidas independentemente das consequências da agressão indonésia e da violação do direito do povo de Timor-Leste à auto-determinação.

Dada a relutância do deputado Wolff, na audiência, em "obscurecer os interesses humanitários" com problemas políticos, dificilmente se esperava que levantasse esse tipo de questões numa visita realizada em Janeiro, juntamente com outros congressistas. Em Abril de 1977, um grupo semelhante ao de Wolff, deslocou-se a Timor-Leste, provando o rídiculo de qualquer das questões.

Um dos membros, o deputado William Goodling (r.Pa.) voltou papageando extridentemente a propaganda indonésia e anunciando, ainda que subtilmente, que iria ser pedido um grande investimento de capital no sentido de se estabelecerem, em Timor-Leste, condições convenientes para turistas americanos. (Goodling foi indigitado para voltar de novo a Timor na missão de Janeiro). Wolff que ignorou Timor-Leste pelo menos durante 2 anos, até que um maior número de vozes começou a mostrar-se mais interessado,teve a audácia de comunicar,na audiência de 4 de Dezembro e em resposta às recomendações do grupo que estivera em Timor-Leste em Abril de 1977,que "tinham começado as primeiras operações de auxílio, agora à responsabilidade do CRS". Em meados de Dezembro, a Comissão Australiana de Radiodifusão informou que o exército indonésio estava a lançar uma nova ofensiva, muito provavelmente, preparando a visita de Wolff - e isto ao mesmo tempo que o governo indonésio expulsava jornalistas de um avião que se destinava a Timor-Leste.

Mas, no fim de contas, a inquietação pública pode muito bem forçar os Estados Unidos - e mesmo Jakarta - a rever a sua posição. Por exemplo, numa véspera de Natal, um editorial do New York Times condenava a posição da administração Carter sobre Timor Leste, e um anterior editorial do Christian Science Monitor, apontava para a recusa da Indonésia em aceitar a auto-determinação de Timor-Leste, assim como para a necessidade de observadores estrangeiros na ilha. Programas da televisão americana, juntamente com a BBC de Londres mostraram interesse no problema e podem, muito em breve, começar a pressionar no sentido da entrada no território.

Funcionários americanos tentam dar a si próprios, a imagem de 'reféns' da política indonésia: reclamam, se muito fôr dito sobre Timor-Leste, porque isso pode levar Jakarta a impedir ou restringir futuras campanhas de auxílio. Wolff faz-se eco deste ponto de vista. Como disse, particularmente, uma fonte ligada ao Capitol Hill. "(O Departamento de Estado e Lester Wolff) fazem-nos sentir como nazis se avançamos para além dos acontecimentos tal como são definidos por eles." No entanto, o que é posto de parte no argumento do Departamento de Estado, é até que ponto a Indonésia é sensível à opinião internacional, particularmente no que respeita ao Oriente. Em Outubro de 1977 e logo alguns dias depois de ter recebido o prémio Nobel da Paz, a Amnistia Internacional apresentou um importante relatório sobre as prisões políticas na Indonésia. Não é por coincidência, que apenas 2 escassos meses depois, foram libertados 10.000 presos políticos, presos, sem julgamento, há mais de doze anos; desde então, mais 20.000 presos políticos têm vindo a ser libertados. Apesar do problema dos presos políticos não estar nem de longe resolvido, as libertações que em grande escala têm vindo a ser feitas desde 1977 representam já um grande passo em frente. Poucos serão os observadores qualificados a duvidar do que foi a pressão internacional que levou Jakarta a libertar 30.000 prisioneiros.

O mesmo tipo de pressão pode ser utilizado em favor de Timor-Leste, talvez ainda com mais força fazendo a comparação com o Cambodja. É pelo menos possível imaginar que Jakarta, sempre sensível à opinião oriental, possa eventualmente querer reduzir as suas perdas e retirar. O contínuo apoio americano às barbaridades do regime de Suharto em Timor-Leste é uma outra versão do que Franz Fitzgerald chamou uma vez: " dar ao Xá tudo o que ele quer". Já sabemos o que isso dá.

Ironicamente, o apoio americano à invasão de Timor-Leste por Suharto remonta a Henry Kissinger. O então Secretário de Estado estava em Jakarta no dia anterior àquele em que as forças indonésias lançaram o seu misericordioso assalto; antes de sair, Kissinger disse "compreender" a posição indonésia. Em qualquer altura este praticante da"diplomacia de ataque" mostrava-se pronto a ajudar a negociar a paz, ainda que altas fontes portuguesas sustentem que Kissinger teve muitas oportunidades para dissuadir os generais indonésios. Tal como referiu recentemente o colunista Jack Anderson (e tal como os círculos diplomáticos sabiam já na altura) o regime de Suharto estava preocupado com uma reacção internacional - principalmente americana - que fosse desfavoravel a uma invasão em grande escala. É muito possível que se Kissinger tivesse feito o mínimo de esforço nesse sentido se pudesse ter evitado a catástrofe de Timor-Leste. Agora que o holocausto fez despertar a atenção mundial sobre esta área, talvez Timor-Leste possa ser colocado, juntamente com outros troféus de Kissinger, lado a lado com o Cambodja, Bangladesh, Curdistão, Vietnam e Chile.

Arnold S.KOHEN que era colaborador assíduo do Nation e do Newsday, está actualmente a trabalhar num livro sobre Timor-Leste e a política externa dos Estados Unidos da América.

Roberta A.Quance lecciona na Universidade de Cornell.